

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA COMERCIAL DO SEGMENTO MOVELEIRO¹

Alexandre Savaris; Fernando Marmentini; Marivone Valentini²
Frankimar Wilson Mazetto; Cleusa Teresinha Anschau, Me.³

RESUMO

O estudo teve como objetivo verificar a importância do planejamento tributário em uma empresa do segmento de comércio de móveis. O nível de pesquisa utilizado classificou-se como uma pesquisa exploratória indutiva, o instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista, o qual, possibilitou conhecer mais detalhadamente o objeto estudado. A pesquisa foi desenvolvida na maior parte do tempo extraclasse, onde utilizamos como fonte de embasamento pesquisas de vários autores e entrevista com questionário em uma empresa que atua no segmento de comércio de móveis.

Palavras-chave: Segmento moveleiro. Indústria de móveis. Gestão Tributária.

1 INTRODUÇÃO

Por se tratar de um ramo da contabilidade, a contabilidade tributária tem por objetivo aplicar as normas da contabilidade, e empregando os tributos da forma prevista pela legislação, os resultados apresentados serão utilizados para verificar o lucro líquido obtido pela entidade (FABRETTI, 2006).

De acordo com Fabretti (2006, p.31).

O objetivo da contabilidade tributária é apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, demonstrando de forma clara e sintética, para, em seguida, atender de forma extra contábil às exigências das legislações do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro, determinando a base de cálculo fiscal para formação das provisões destinadas ao pagamento desses tributos, as quais serão abatidas do resultado econômico (contábil), para determinação do lucro líquido à disposição dos acionistas, sócios ou titulares de forma individual.

De acordo com o Instituto do Desenvolvimento Varejista (IDV, 2015) a importância do varejo no cenário econômico brasileiro vem sendo cada vez mais reconhecida e destacada. Além de gerador do maior número de empregos formais no país, o setor exhibe números expressivos de crescimento e consistentes indicadores de modernização.

O setor moveleiro do oeste do estado está mais fortalecido, e um dos diferenciais é a diversidade de produção. De acordo com o levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às

¹ Atividade corporativa desenvolvida no 2º Período de Ciências Contábeis da UCEFF Faculdades, envolvendo todas as disciplinas do semestre.

² Acadêmicos de Ciências Contábeis. E-mail: marivone.valentini@gmail.com.

³ Professores orientadores da pesquisa. E-mail: frankimazetto@hotmail.com, cleusaanschau@uceff.edu.br.

Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o segmento de móveis para dormitório é o de maior representatividade, seguido de móveis para cozinha, salas de estar e estofados. Dos móveis produzidos no polo, 60% atendem à região Sul, 30% são comercializados no Sudeste e 10% em outros Estados e no exterior (SEBRAE, 2008).

As empresas do ramo moveleiro estão situadas em diversas cidades do oeste do estado de Santa Catarina, e isso é muito importante para a região, por se tratarem das principais geradoras de emprego e renda em muitas dessas cidades. Se o pólo moveleiro fosse concentrado em uma única cidade, possivelmente teria sua logística facilitada, em razão da localização, mas deixaria de exercer esse importante papel na economia dos pequenos municípios.

De acordo com o presidente da Mercomóveis, Ilseo Rafaeli (Portal Moveleiro, 2014),

O polo moveleiro de Chapecó é, sem dúvida, um dos mais diversificados do País. São indústrias de pequeno, médio e de grande porte que atuam no Brasil e no exterior com produtos que atendem a todas as camadas sociais. Com uma gestão diferenciada, trabalhamos mais unidos e de forma enxuta e competitiva, prova disto é que, no mês maio e junho, enquanto muitas empresas de outros estados foram obrigadas a dar férias coletivas a seus funcionários, nosso pólo continua trabalhando normalmente e fazendo novos investimentos. Temos aqui grandes e competentes empreendedores que não param de investir e se reinventar a cada dia, pois essa é nossa cultura de formação e isso, com certeza, fazem toda a diferença.

Diante do exposto apresenta-se o problema de pesquisa: **Qual o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento moveleiro?** O objetivo do estudo é verificar o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de móveis.

O estudo justifica-se pela contribuição que o planejamento tributário tem para com a diminuição dos impostos pagos pelas empresas do segmento moveleiro, observando-se a legislação vigente, também pode ser feita a recuperação de impostos pagos a maior por meio desta mesma análise.

Com a empresa realizando uma apuração fiscal de forma mais eficiente, gerando assim economias, impactando diretamente no lucro da empresa, o empresário e/ou administradores poderão aumentar o número dos funcionários, contribuindo assim, com a geração de empregos no setor moveleiro. Além dos pontos tratados acima, este artigo é de extrema importância para o nosso desenvolvimento intelectual e científico, a fim de auxiliar em nossa formação acadêmica.

2 AMBIENTE DE ESTUDO

Segundo o Centro Gestor de Inovação Moveleiro (2015), a indústria moveleira é caracterizada por processo de produção que envolve a fabricação de móveis, envolvendo

diferentes matérias-primas. Normalmente uma indústria, produz um ou dois tipos de móveis aproveitando as matérias-primas entre os produtos industrializados.

Segundo Barroso (2007), a primeira matéria-prima utilizada na fabricação de móveis foi a madeira nativa, a chamada madeira de lei. Esta madeira tem como principais características a sua resistência, durabilidade e usinabilidade (emoldurada, torneada ou entalhada). São exemplos de madeira de lei, jacarandá, o mogno, a imbuia, a cerejeira, o freijó e o marfim, hoje a madeira de lei extraída passou a ser utilizado na forma de lamina aplicado sobre painéis (aglomerados, compensados, MDF etc.), o maior volume da produção é feito por painéis produzidos com madeira de reflorestamento, por exemplo, eucalipto e pínus.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF - 2015), o eucalipto apresentou grande desenvolvimento quando introduzido nos cerrados paulistas, já o pínus apresentou grande desenvolvimento na região sul do Brasil.

Ainda segundo Barroso (2007) a dificuldade enfrentada na indústria de móveis para a utilização da madeira de reflorestamento está no fato de quando a madeira é originária do eucalipto, ela tem dificuldades para a secagem, e suas fibras apresentam encolhimento após a secagem, e o pínus apresenta grande incidência de nós.

De acordo com Centro Gestor de Inovação Moveleiro (2015), os móveis produzidos em madeira, possui a maior parcela do total da produção do setor moveleiro, estes móveis podem ser produzidos em linhas retas ou com detalhes e sofisticados, tendo como principais materiais o painel de aglomerado constituído de partículas de madeira aglutinadas (MDP) e placa de fibra de média densidade (MDF). No Brasil os gastos com móveis estão em média de 1% a 2% da renda das famílias.

De acordo com Barroso (2007), o comércio de móveis pode ser dividido em móveis domésticos, que corresponde a 60% do faturamento total do setor moveleiro, podendo ser divididos em móveis sobre encomenda, móveis seriados (produção em grande escala) e móveis torneados seriados (envolvem inúmeras etapas de produção). Móveis para escritório correspondem a 25% do faturamento do setor moveleiro, as indústrias produzem mais de um item da linha de escritórios, a fim de atender as necessidades deste mercado. Móveis institucionais são divididos em móveis escolares, de laser, restaurantes, hotéis e similares, é uma partição da indústria de móveis, muito complexa, pois envolve uma variedade complexa de produtos.

A cadeia produtiva moveleira é uma das mais variadas e dinâmicas da economia brasileira. Santa Catarina é o Estado que lidera as exportações. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Móveis (Abimável-2015), a maior parte das exportações nacionais

em 2010 foi para a Argentina, Estados Unidos, França, Reino Unido e Angola. A maioria das empresas concentra-se nas regiões Sul e Sudeste. São Paulo detém o maior número de empresas, seguido pelo Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. (PORTAL MOVELEIRO, 2011). Conforme Barroso (2007) no Brasil os estados que mais exportam neste setor são Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) o comércio de móveis e eletrodomésticos teve um aumento de vendas de aproximadamente 5,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar deste aumento inicial, na média dos 12 meses o crescimento foi de 5,00%, inferior ao previsto para o período, segundo o próprio órgão, isso se deve principalmente ao menor crescimento do crédito (IBGE, 2014).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico são abordados pontos sobre a contabilidade e a sua evolução histórica, a contabilidade relacionada à tributação, a economia, e a administração financeira e orçamentária, temas estes, de extrema importância para análise da situação atual da empresa, levando conseqüentemente à escolha tributária adequada.

3.1 A HISTÓRIA E A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Segundo Iudícibus (2000), há dados, sobre o surgimento da contabilidade, de meados de 4.000 anos a.C, porém acredita-se que antes mesmo deste período, os homens primitivos, faziam o controle do número de instrumentos de caça e pesca, ou até mesmo o estoque de rebanho. No período anterior ao surgimento da moeda, quando era praticado a simples troca de mercadoria, os negociantes anotavam as obrigações, direitos e bens perante os terceiros. A contabilidade, propriamente dita, surgiu com a necessidade que as pessoas tinham para controlar o que possuíam, consumiam e deviam. Após constatar-se a necessidade, é que se observou a importância de manter todos os dados através dos registros.

Iudícibus e Marion (2002, p. 30), relatam que o controle dos bens no início da civilização era feito de maneira rudimentar “Na monotonia do inverno, entre os balidos ininterruptos das ovelhas, o homem teve uma ideia. Havendo um pequeno monte de pedrinhas ao seu lado o homem separa uma pedrinha para cada cabeça de ovelha, executando assim o que o contabilista chamaria hoje de inventário”. Com o passar do tempo o homem aprimorou a técnica, passando a contabilizar também o lucro que estas ovelhas ofereciam. Utilizava-se além

da contagem de pedras para o controle do patrimônio, desenhos, figuras, imagens e marcas em árvores e pedras.

Segundo Iudícibus e Marion (2002, p. 35) “a contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social, que é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Todavia, a Contabilidade utiliza os métodos quantitativos (matemática e estatística) como sua principal ferramenta”.

Conforme Coelho e Lins (2010), no Brasil, a chegada da Corte de Portugal, houve crescente expansão comercial e econômica, em razão disso, observou-se a necessidade de registrar e controlar os bens e arrecadação. No período, o estudo da contabilidade se detinha na Escola de Comércio Álvares Penteado (primeira instituição escolar especializada no ensino da Contabilidade no país), e o ensino aplicado tinha direta influência italiana.

O primeiro profissional contábil no país era chamado de “guarda-livros”, este profissional era encarregado da escrituração dos livros mercantis das empresas comerciais, esta nomeação foi feita por D. João III em 1549, em 1770 é que surgiu a primeira regulamentação da profissão através de Dom José, rei de Portugal, no entanto, só em 1870 no território brasileiro foi reconhecido oficialmente pela Associação dos guarda-livros da Corte pelo Decreto Imperial 4.475 (COELHO; LINS, 2010).

Em razão de a contabilidade ser utilizada como uma ferramenta de controle, e de geração de informações, observou-se a necessidade de padronização da contabilidade. Segundo Niyama e Silva (2011) os órgãos responsáveis pela contabilidade estão incluindo normas e regulamentos sobre as diversas ramificações da contabilidade. No Brasil esta padronização iniciou em 1850, com a instituição do primeiro Código Comercial Brasileiro (Lei nº556, de 25 de junho), esta lei obrigou as empresas a manter a escrituração contábil e a seguir uma ordem, nos registros e balanços.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Nº 1.282 de 28 de maio de 2010 prevê que os princípios contábeis são:

- a) Entidade: O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial. Sendo assim, o patrimônio que pertence a uma pessoa, seja ela física ou jurídica, não pode ser confundido entre si.
- b) Continuidade: O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro, sendo assim, gerando patrimônio.
- c) Oportunidade: Este Princípio requer o registro e a apresentação de todas as variações patrimoniais sofridas pela entidade, no momento em que elas ocorram e de forma completa.

- d) Registro pelo valor original: Este princípio determina que o patrimônio deva ser inicialmente registrado pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
- e) Competência: O Princípio que trata os efeitos das transações, os reconhecendo nos períodos a que se referem, independentemente da data do recebimento ou pagamento.
- f) Prudência: O Princípio da prudência aplica a lógica de que se há duas alternativas, igualmente válidas, para a quantificação da variação patrimonial, o passivo (bens e direitos) deverá ser registrado sempre com o menor valor, e o passivo (obrigações e exigibilidades) com o maior valor.

Para Ribeiro (2003) a contabilidade é uma ciência social que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do patrimônio da empresa. É através da contabilidade que se tem um controle da situação da empresa sendo possível saber quais decisões deverão ser tomadas dentro ou fora da empresa para melhorar o rendimento, para verificar o patrimônio líquido da empresa, e para saber quais decisões deveram ser tomadas futuramente.

Segundo Iudícibus (2010), os principais usuários das informações contábeis são sócios, acionistas e proprietários, governo e economistas, administradores, diretores e executivos, bancos, capitalistas e funcionários.

O Balanço Patrimonial é um dos mais importantes demonstrativos contábeis por período, é através deste documento que é possível avaliar a situação passada e presente de uma entidade. Informações estas, que são utilizadas para a tomada de decisões visando o futuro, avaliam-se, por exemplo, a posição de liquidez e endividamento, e a representatividade dos principais grupos patrimoniais (IUDÍCIBUS, 2010).

De acordo com Iudícibus (2010), o resultado de exercício junto com o balanço patrimonial constitui um relatório das operações realizadas na empresa durante determinado tempo, é deles que se origina o resultado líquido e observa-se se a empresa teve lucros ou prejuízos. Com informações desses relatórios são tomadas decisões para melhorar a rentabilidade da empresa futuramente.

3.2 A CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

Segundo Oliveira (2009, p. 27), a contabilidade tributária é, “ramo da contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, ou grupo de empresas, adaptando ao dia-a-dia empresarial as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais”.

De acordo com Chaves (2008), o objetivo do planejamento tributário é escolher a melhor forma de a entidade realizar a tributação dos impostos. Usando a forma legal (prevista em lei), para minimizar a carga tributária, sendo essas alternativas menos onerosas que outras.

Para a realização do planejamento tributário, é fundamental que o analista tributário tenha acesso ao histórico da empresa, podendo assim, por exemplo, identificar todas as transações efetuadas, verificar a melhor forma de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), analisar se houve pagamento a maior, e se existem créditos fiscais que possam ser aproveitados pela empresa, além de verificar a melhor maneira de aproveitar estes créditos. A escolha da tributação é feita no primeiro recolhimento do ano-calendário, a primeira contribuição irá definir o recolhimento do restante do ano, a escolha deve ser feita com muita atenção para que não seja feito de forma equivocada, pois não terá como reverter (CHAVES, 2008).

Para a existência de uma obrigação tributária, é necessária a presença de três elementos básicos: a lei, o objeto e o fato gerador (OLIVEIRA, 2009).

- a) a lei: é o principal elemento da obrigação, é nele que estão instituídas as condições que serão realizadas a sua cobrança.
- b) o objeto: o objeto representa as obrigações que o contribuinte deve cumprir, e que este previsto na lei. A lei deve prever o valor (em dinheiro) a ser pago em razão deste tributo, a multa caso não haja o cumprimento da lei, e demais obrigações impostas na lei.
- c) o fato gerador: é a situação prevista em lei necessária e suficiente para geração do tributo.

Segundo Farache (2015), no Brasil existem atualmente três tipos de tributação de impostos: o Simples Nacional, Lucro Presumido e o Lucro Real. Cada um desses sistemas tem a sua singularidade, e é a escolha correta do regime de tributação de uma empresa que fará com que ela pague mais ou menos impostos.

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e atualizações na Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

Para o empresário poder se enquadrar no Simples Nacional é necessário cumprir algumas condições: enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte; cumprir os requisitos previstos na legislação; e formalizar a opção pelo Simples Nacional.

O lucro presumido é uma das formas de tributação simplificada, esta tributação determina qual será à base de cálculo para o IRPJ e CSLL. Podem optar por este regime de tributação as pessoas jurídicas cuja receita bruta tenha sido igual ou menor a R\$ 78.000.000,00

(setenta e oito milhões de reais) no ano calendário anterior, ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicados pelo número de meses em atividade no ano calendário anterior, e que pela atividade exercida ou sua natureza jurídica não sejam obrigadas a tributar pelo lucro real (Receita Federal do Brasil, 2015).

A apuração do imposto pelo lucro presumido é feita trimestralmente, e o prazo do pagamento é de até o último dia do mês subsequente a da apuração do imposto (Receita Federal do Brasil, 2015). Segundo o Portal Tributário (2015) a tributação feita pelo lucro real tem como base de cálculo para IRPJ e CSLL o lucro líquido da pessoa jurídica, e as alíquotas são aplicadas de acordo com a atividade desenvolvida na empresa.

As Pessoas Jurídicas que são obrigadas a contribuir pelo lucro real: a) receita bruta superior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional, quando o tempo, em meses, da instituição for menor que 12; b) atividades ligadas a instituições financeiras ou equivalentes c) quem teve lucro gerado no exterior; d) que, com autorização da legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto; e) que durante o ano-calendário tenham realizado pagamento mensal de IRPJ sobre o lucro estimado; e f) que desenvolvam atividade de factoring (Receita Federal do Brasil, 2015).

3.3 ECONOMIA

São as necessidades dos indivíduos (individualmente ou coletivamente), como por exemplo, a alimentação, estudo, moradia, defesa, justiça, que leva a busca por recursos, bens e serviços que possam satisfazer esta demanda. A economia trata pontos relacionado a satisfação destas necessidades (TROSTER; MOCHÓN, 2002).

Segundo Troster e Mochón (2002, p. 5) “a economia estuda a maneira como se administram os recursos escassos, com o objetivo de produzir bens e serviços e distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade”. Para Troster e Mochón (2002, p. 45) “mercado é toda instituição social na quais bens e serviços, assim como os fatores produtivos, são trocados livremente”.

Passos (2003, p. 16) conceitua mercado como, “um local ou contexto em que compradores (que compõe o lado da procura) e vendedores (que compõem o lado da oferta) de bens, serviços ou recursos estabelecem contatos e realizam transações”. Para fins da análise econômica, não importa onde estas transações de compra e vendas estão sendo realizadas, é suficiente apenas, que os envolvidos na negociação (compradores e vendedores) interajam entre si, gerando então a possibilidade de negociação.

Segundo Vasconcellos (2008), a demanda (procura) de um produto depende da quantidade que está sendo ofertada no mercado, e o período de tempo que isso ocorre. A procura do produto também depende do preço que ele está sendo ofertado, do preço de outros produtos equivalentes, e de quanto o consumidor está disposto a pagar por isso.

Quando a renda do consumidor diminui, em consequência temos a diminuição do consumo, ou seja, da demanda, o que é chamado de bem normal. Quando a renda do consumidor aumenta, pode-se apresentar diminuição do consumo de bens considerados de segunda linha, o que é chamado de bens inferiores, e ainda tem os chamados bens superiores, quando se tem o aumento de renda das pessoas, sendo assim, aumentará a demanda por produtos e serviços de maior qualidade. A demanda de um bem ou serviço ainda pode sofrer a influência dos preços de outros bens e serviços equivalentes, ou concorrentes, por exemplo, se o refrigerante Pepsi-Cola tiver com preço menor que a Coca-Cola, a demanda por Coca-Cola irá diminuir com relação ao refrigerante Pepsi-cola (VASCONCELLOS, 2008).

Segundo Passos (2003), quando temos um mercado competitivo, provavelmente irá prevalecer um único preço, o que será chamado de preço de mercado. Por outro lado, quando não temos um mercado competitivo, haverá produtos das mesmas marcas comercializados em estabelecimentos diferentes, e que o preço final de venda será bem diferente se comparados, ou o mesmo produto de marca diferente sendo comercializado com preço menor para chamar os clientes da concorrência, neste caso o preço de mercado será a média do valor das duas marcas. O preço de mercado pode sofrer alteração ao longo do tempo, como aumento da inflação, ou baixa produção.

3.4 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A gestão financeira tem como objetivo analisar e manipular os dados correspondentes aos fluxos físicos, operacionais, econômicos, financeiros e patrimoniais, com o objetivo final da obtenção de recursos necessários para o andamento da empresa, e pela realização de uma estratégia eficiente para a manutenção do negócio. (SANTOS, 2005)

Segundo Santos (2005), para garantir a continuidade das empresas é fundamental que elas se adequem as condições ambientais internas e externas, atuais e futuras, com o objetivo de atingir a missão do negócio, em razão disso é fundamental a existência de um administrador que possa realizar a análise financeira da entidade, a fim de atingir o objetivo dos sócios.

De acordo com MORAIS E OLIVEIRA (2011), a gestão financeira pode ser dividida em gestão operacional e gestão estratégica. A gestão operacional trata exclusivamente das

movimentações monetárias realizadas pela empresa, seja por contas a receber ou contas a pagar, que são subdivisões de um setor por exemplo. Estas informações que são levantadas pelas subdivisões do setor são encaminhadas a gestão estratégica, que por sua vez, irá analisar o resultado obtido, para assim poder auxiliar na tomada de decisões que irá levar a empresa a atingir sua meta.

Para realização da gestão financeira, de acordo com as duas classificações, gestão financeira e gestão estratégica, são utilizadas duas ferramentas. O fluxo de caixa, que irá demonstrar as movimentações financeiras da empresa, ou seja, a entrada e saída de dinheiro e a Demonstração de Resultado do Exercício, que irá demonstrar se a empresa esta tendo lucro e prejuízos (MORAIS; OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Barros (2005), mais importante que a quantidade de informações geradas pela contabilidade é a qualidade destas informações. Para atender as necessidades dos usuários internos, por exemplo, administradores, sócios e acionistas, diretores e gerentes, as informações geradas precisam possuir qualidade e ser direcionadas para o que é solicitado de momento. Já para os usuários externos, por exemplo, instituições financeiras, governo, fornecedores e clientes, as informações que precisam ser disponibilizadas, as que eles podem ter acesso, são as previstas na legislação, por exemplo, a Demonstração de Resultado e Balanço Patrimonial.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia é o conjunto de métodos e técnicas aplicadas para uma determinada finalidade. É a forma com a qual se utiliza para atingir o objetivo. Segundo Barros (2007) a metodologia estuda e avalia vários métodos e técnicas de pesquisa e também é usada para a elaboração ou verificação de novos métodos que tenham como objetivo compreender informações que ajudem na resolução de problemas de investigação.

De acordo com Demo (1987, p. 19),

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata-se das formas de se fazer ciências. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos cominhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos, disto trata a metodologia.

O nível de pesquisa utilizado nesta pesquisa classifica-se como uma pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva segundo Figueiredo et al. (2014), tem por finalidade descrever as características de determinada população, fenômeno ou experiência. Esse tipo de pesquisa estabelece relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado.

Com relação ao delineamento este artigo classifica-se como um Estudo de Campo. Segundo Figueiredo et al (2014), o estudo de campo é o aprofundamento do conhecimento da realidade de um determinado tema, este estudo é baseado na observação das atividades do fenômeno estudado.

A coleta de dados é a fase da pesquisa em que se indaga a realidade e se obtêm dados pela aplicação de técnicas. Em pesquisa de campo, é comum o uso de questionários e entrevistas (BARROS, 2007, p. 105). O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi a entrevista, que segundo Figueiredo et al (2014), a entrevista “permite um estreito relacionamento entre pesquisador e pesquisado, mas as interpretações dos dados devem ser feitas com cuidado porque algumas verbalizações parecem ser interpretadas erroneamente”.

A população desta pesquisa são todas as empresas do segmento de móveis. “População é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 206).

Já a amostra delimita-se a análise de uma empresa pertencente ao segmento de comércio de móveis, localizada no município de Xanxerê/SC. Conforme Lakatos (2002), amostra é um subconjunto da população, uma parcela, conveniente selecionada do universo a ser pesquisado. Segundo Figueiredo (2014, p. 42) amostra é uma porção de pessoas que foram ou serão entrevistadas, uma vez que não se pode entrevistar todas as empresas do segmento.

A técnica de análise e interpretação de dados utilizada nesta pesquisa classifica-se como qualitativo. Conforme Beuren e Raupp (2008), a pesquisa qualitativa descreve a complexidade de determinado problema.

5 ANALISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste tópico serão apresentados os dados de campo, para verificar qual o regime tributário é o mais adequado para a empresa analisada.

5.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA OBSERVADA

A pesquisa foi realizada na empresa Daline Móveis, sendo esta uma sociedade LTDA que está atuando no mercado há aproximadamente oito anos. Atualmente, possui dois sócios que realizam as atividades de gestão e atendimento aos clientes. A empresa na qual a pesquisa foi realizada possui seis funcionários atuando no período integral e outros dois em meio período. A empresa Daline Moveis está localizada no município de Xanxerê SC. Os principais

clientes desta empresa estão na cidade onde a empresa está localizada, mas também efetua vendas em municípios vizinhos.

O regime tributário no qual a empresa está enquadrada é o simples nacional. O público alvo da empresa não está focado nas classes, entretanto, seu maior volume de vendas está mais direcionado para a classe B, devido ao fato da empresa se localizar em uma cidade de pequeno porte. Segundo a sócia entrevistada, a loja possui produtos que atendem a todas as classes.

A política de vendas é bem flexível, os clientes podem optar pelo parcelamento através de carnês, no qual a loja utiliza um crediário próprio da loja, também podem efetuar compras no cartão e ainda podem contar com um convênio que a loja possui com alguns bancos para efetuarem suas compras. Em compras a vista o desconto varia de 8% a 10% dependendo o produto. A empresa não efetua gastos com marketing, isso é feito pela recomendação dos clientes a amigos e pessoas de seu convívio. A empresa faz promoções e a forma de divulgação é através de cartazes colocados em sua vitrine de exposição dos produtos.

A entrevistada afirmou que mesmo em vendas financiadas a sua taxa de inadimplência varia entre 2% a 3%. Ela considera a taxa baixa, e disse que isso ocorre devido às vendas serem feitas a clientes já conhecidos e fidelizados.

O preço de venda é formulado pelos sócios, mas sempre analisando os gastos com a compra de mercadorias junto aos fornecedores, as despesas com infraestrutura e funcionários e a situação em que o mercado se encontra.

Segundo a entrevistada, quando questionada sobre o que a empresa mais precisa para se manter no mercado, afirma ter uma boa relação com os fornecedores, com compra de produtos de qualidade. Além disso, mencionou a questão do atendimento ao cliente, onde não basta apenas vender, mas prestar assistência de forma correta e verificar junto ao cliente a satisfação pelo produto adquirido.

5.2 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA CONSTITUÍDA

GreNal Móveis é uma empresa do segmento moveleiro, que atua na compra e venda de móveis novos, com sede no bairro Efapi na cidade de Chapecó, SC. Teve início com o objetivo de facilitar o comércio de móveis, para que os consumidores não necessitem se deslocar até o Centro da cidade, fornecendo assim, mais comodidade aos mesmos, e garantindo o melhor preço de compra e venda.

No Quadro 01, observam-se as vagas ocupadas da empresa. A mesma possui o número de 09 funcionários, distribuídos nos seguintes cargos: Gerente Comercial, Caixa, Vendedor, Serviço Gerais, e Montador, gerando um total de salário bruto no valor de R\$ 14.425,00.

Quadro 01 - Folha funcionários

Salário dos funcionários			
Vagas ocupadas	Nome cargo	Salário	Total
2	Caixa	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
5	Vendedor	R\$ 1.700,00	R\$ 8.500,00
1	Serviços Gerais	R\$ 1.025,00	R\$ 1.025,00
1	Gerente	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
Total			R\$ 14.425,00

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A Loja está estabelecida em uma sala comercial alugada de um único piso medindo aproximadamente 1200m². O espaço está dividido em área de exposição, logicamente divididos em dormitório, sala e cozinha, e área do depósito.

O Quadro 02 apresenta a lista de mercadorias que a loja comercializa, demonstrando o valor unitário aplicado para vendas à vista e vendas a prazo. Nas vendas a prazo, a loja trabalha com um acréscimo de 5,99% ao mês.

Quadro 02 – Preço de compra e venda à vista e à prazo

PREÇO DE COMPRA E VENDA			
Produto	Preço unitário (compra)	Preço unitário (venda à vista)	Preço unitário [venda à prazo (30 +60 dias)]
Roupeiro	R\$ 550,00	R\$ 1.145,34	R\$ 1.202,61
Cômoda	R\$ 200,00	R\$ 416,67	R\$ 437,50
Cama	R\$ 400,00	R\$ 833,33	R\$ 875,00
Criado Mudo	R\$ 40,00	R\$ 83,33	R\$ 87,50
Espelheira	R\$ 150,00	R\$ 312,50	R\$ 328,13
Cama Box	R\$ 600,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.312,50
Cabeceira	R\$ 150,00	R\$ 312,50	R\$ 328,13
Sapateira	R\$ 70,00	R\$ 145,83	R\$ 153,12
Cozinha Compacta	R\$ 350,00	R\$ 729,17	R\$ 765,63
Armário de Cozinha	R\$ 300,00	R\$ 625,00	R\$ 656,25
Balcão	R\$ 90,00	R\$ 187,50	R\$ 196,88
Caixa p/ Lenha	R\$ 80,00	R\$ 166,67	R\$ 175,00
Conj. Mesa e Cadeiras	R\$ 500,00	R\$ 1.041,47	R\$ 1.093,54
Sofá	R\$ 600,00	R\$ 1.250,40	R\$ 1.312,92
Mesa de Jantar	R\$ 630,00	R\$ 1.312,32	R\$ 1.377,94
Rack	R\$ 200,00	R\$ 416,67	R\$ 437,50
Painel de TV	R\$ 150,00	R\$ 312,50	R\$ 328,13
Estante	R\$ 450,00	R\$ 937,50	R\$ 984,38
Mesa de Centro	R\$ 60,00	R\$ 125,00	R\$ 131,25
Poltrona	R\$ 150,00	R\$ 312,50	R\$ 328,13
Puff	R\$ 45,00	R\$ 93,75	R\$ 98,44
Balcão p/ Banheiro	R\$ 120,00	R\$ 250,00	R\$ 262,50

Fonte: Dados de pesquisa (2015).

Os dados correspondentes ao investimento inicial com móveis e equipamentos necessário para as atividades da empresa, resultando um total de R\$ 10.017,80. Já, os gastos mensais com aluguel, água, energia, internet e telefone, segurança, higiene e limpeza, material de manutenção, IPTU, FCDL, material de expediente, publicidade e propaganda, contador externo, seguro de vida para os funcionários e frete o somatório destas despesas é de R\$ 27.834,73.

O atendimento ocorre entre as 9 horas às 12 horas, e das 13h30min horas as 18h00min horas, de segunda a sexta e aos sábados, atendimento entre as 09 horas ao meio dia e as 13 horas as 17 horas, os funcionários trabalham 44 horas semanais, com banco de horas pagas trimestralmente, caso não sejam compensadas no período.

5.3 LEVANTAMENTO DAS RECEITAS, DESPESAS E CUSTOS

As compras de mercadorias realizadas no período de um ano, a quantidade de cada item comprado, o preço bruto de compra, corrigidos em cada mês de acordo com a alíquota da inflação e o imposto a recuperar para os dois regimes, chegando assim a um valor total anual do regime lucro real R\$ 1.757.582,79 e o total pelo regime do lucro presumido R\$ 1.978.025,37.

Pelo lucro real temos um total anual a recuperar de ICMS no valor de R\$ 405.137,73, PIS no valor de R\$ 43.175,25 e COFINS no valor de R\$ 181.120,40. No lucro presumido a empresa terá um total de imposto a recuperar de ICMS no valor total de R\$ 405.137,73.

A receita com vendas obtidas no período de 12 meses foi no valor de R\$ 4.938.871,17, as vendas de cada item para cada regime tributário e, para o mês de dezembro foi simulado vendas a prazo, que apresentou à receita de R\$ 252.845,57, já acrescida as receitas totais. Bem como, o custo da mercadoria vendida para ambos os regimes durante cada mês, o custo das mercadorias vendidas no ano finalizou com o total de R\$ 1.741.423,78 para o lucro real e R\$ 1.959.839,65 para o lucro presumido. Sobre o Custo de cada mercadoria, o mesmo foi encontrado realizando o cálculo do custo médio do estoque mês a mês, uma vez que por haver saldo residual do estoque em cada mês e por outro lado a compra de mais quantia para a venda, o valor foi atualizado através do cálculo médio.

As despesas mensais da empresa, somadas ao final do ano, com um total de R\$ 357.630,60, estas despesas foram corrigidas mês a mês através do índice de inflação.

5.4 REGISTRO DO PATRIMÔNIO E RESULTADO ANUAL

5.4.1 Apresentação do Balanço Patrimonial inicial

O Quadro 03 apresenta o Balanço Patrimonial inicial da empresa GreNal Móveis em 01 de janeiro de 2015

Quadro 03 – Balanço Patrimonial Inicial

Empresa GreNal Móveis			Em R\$
Balanço Patrimonial em 01/01/2015			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	388.332,20	Passivo Circulante	65.850,00
Caixa	3.802,20	Financiamentos	17.500,00
Banco	188.869,53	Fornecedores	48.350,00
Estoque	160.522,00	Passivo Não Circulante	35.000,00
ICMS a Recuperar	32.878,00	Financiamentos	35.000,00
Seguro a apropriar	2.260,47	Patrimônio Líquido	297.500,00
Ativo Não Circulante	10.017,80	Capital social	297.500,00
Imobilizado	10.017,80		
Moveis e Equip.	10.017,80		
Total do Ativo	398.350,00	Total do Passivo+PL	398.350,00

Fonte: Dados de pesquisa (2015).

Observa-se no Quadro 03 que o capital total investido na atividade foi de R\$ 398.350,00, sendo que deste total, os sócios da empresa integralizam o valor de R\$ 297.500,00 e o restante foi captado através de recursos financiados no Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) a uma taxa de juros de 6.50% a.a. Os recursos referentes ao capital integralizado, junto com o valor captado através do financiamento, foram aplicados na atividade da empresa da seguinte forma: R\$ 3.802,20 ficou disponível em caixa, R\$ 188.869,53 ficou em conta corrente, R\$ 10.017,80 ficou imobilizado em móveis e equipamentos, conforme Apêndice "A", R\$ 160.522,00 está em conta de Estoque, o valor de R\$ 32.878,00 está em conta de ICMS a recuperar, e o valor de R\$ 48.350 refere-se a conta de Fornecedores.

5.4.2 Demonstração do resultado

A demonstração do resultado através do regime tributário simples nacional não será apresentada, uma vez que o faturamento anual da empresa objeto de estudo foi de R\$ 4.938.871,17. De acordo com a lei complementar 139/2011 do simples nacional, o faturamento máximo anual para as empresas pode ser de até R\$ 3.600.000,00.

O Quadro 04 apresenta informações referente a simulação da demonstração do resultado pelo regime de tributação lucro real.

Quadro 04 – Demonstração trimestral do resultado pelo Lucro Real

GreNal Móveis					
Demonstração de Resultado do Exercício					
01/01/2015 à 31/12/2015					
Descrição	1º Trimestre Valores R\$	2º Trimestre Valores R\$	3º Trimestre Valores R\$	4º Trimestre Valores R\$	Total Valores R\$
1-Receita Operacional Bruta	1.178.647,12	1.238.318,27	1.200.066,69	1.321.839,09	4.938.871,17
2-(-) Deduções	309.394,87	325.058,55	315.017,51	346.982,76	1.296.453,68
(-) ICMS	200.370,01	210.514,11	204.011,34	224.712,64	839.608,10
(-) PIS	19.447,68	20.432,25	19.801,10	21.810,34	81.491,37
(-) COFINS	89.577,18	94.112,19	91.205,07	100.459,77	375.354,21
3-(=) Receita Operacional Líquida	869.252,25	913.259,73	885.049,19	974.856,33	3.642.417,49
4-(-) Custo dos Produtos Vendidos	416.925,31	437.635,57	423.771,21	463.091,70	1.741.423,78
5. (=) Resultado bruto	452.326,94	475.624,16	461.277,98	511.764,63	1.900.993,70
6. (-) Despesas Operacionais	156.241,45	159.357,38	165.102,10	168.558,15	649.259,08
(-) Despesa com salários	69.160,66	69.160,66	73.365,63	75.468,11	287.155,07
(-) Administrativas Gerais	86.227,66	89.343,58	90.883,35	92.236,92	358.691,51
(-/+ Financeiras					
(-) Despesas Financeiras	853,13	853,13	853,12	853,12	3.412,50
(+) Receitas Financeiras					
7. (=) Resultado antes IRPJ/CSLL	296.085,49	316.266,78	296.175,88	343.206,47	1.251.734,62
(-) Total IRPJ	68.021,37	73.066,69	68.043,97	79.801,62	288.933,65
(-) IRPJ 15%	44.412,82	47.440,02	44.426,38	51.480,97	187.760,19
(-) Adicional de IRPJ 10%	23.608,55	25.626,68	23.617,59	28.320,65	101.173,46
(-) CSLL	26.647,69	28.464,01	26.655,83	30.888,58	112.656,12
8. (=) Resultado Líquido	201.416,42	214.736,07	201.476,08	232.516,27	850.144,85

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Observa-se no Quadro 04 o resultado que a empresa obteve ao longo de quatro trimestres pelo regime tributário lucro real. O total de receitas brutas do período foi de R\$ 4.938.871,17, sobre este valor é calculado o imposto de ICMS com alíquota de 17%, chegando a um valor total de R\$ 839.608,10, sobre o PIS aplicou-se uma alíquota de 1,65% resultando em R\$ 81.491,37, e COFINS com alíquota de 7,6% chegando a um valor de R\$ 375.354,21, resultando em um total de deduções de R\$ 1.296.453,68.

O custo do produto vendido projetado para o ano foi de R\$ 1.741.423,78, as despesas operacionais do período correspondem a, R\$ 287.155,07 com salários e R\$ 358.691,51.

Para este regime tributário o cálculo do IRPJ e da CSLL é sobre o resultado operacional do período que no Quadro 04 está representada pelo Resultado antes do IRPJ/CSLL no valor de R\$ 296.085,49.

O IRPJ é encontrado aplicando-se a alíquota de 15%, resultando em R\$ 187.760,19, para este regime de tributação, quando o resultado antes do IRPJ/CSLL for maior que R\$ 240.000,00, sobre a diferença deverá ser aplicada a alíquota de 10% que corresponde ao adicional de IRPJ no valor de R\$ 101.173,46, o somatório do resultado das duas alíquotas será o valor total de IRPJ que para esta demonstração foi R\$ 288.933,65. O cálculo do CSLL corresponde à alíquota de 9% gerando um imposto a pagar de R\$ 112.656,12. Após o cálculo dos impostos a simulação da tributação pelo lucro real gera um resultado líquido de R\$ 850.144,85. O Quadro 05 apresenta informações referente a simulação da demonstração do resultado pelo regime de tributação lucro presumido.

Quadro 05 – Demonstração trimestral do resultado pelo Lucro Presumido

GreNal Móveis					
Demonstração de Resultado do Exercício					
01/01/2015 à 31/12/2015					
Descrição	1° Trimestre Valores R\$	2° Trimestre Valores R\$	3° Trimestre Valores R\$	4° Trimestre Valores R\$	Total Valores R\$
1-Receita Operacional Bruta	1.178.647,12	1.238.318,27	1.200.066,69	1.321.839,09	4.938.871,17
2-(-) Deduções	243.390,63	255.712,72	247.813,77	272.959,77	1.019.876,90
(-) ICMS	200.370,01	210.514,11	204.011,34	224.712,64	839.608,10
(-) PIS	7.661,21	8.049,07	7.800,43	8.591,95	32.102,66
(-) COFINS	35.359,41	37.149,55	36.002,00	39.655,17	148.166,14
3-(=) Receita Operacional Líquida	935.256,49	982.605,55	952.252,92	1.048.879,31	3.918.994,27
4-(-) Custo dos Produtos Vendidos	469.217,64	492.525,45	476.922,17	521.174,38	1.959.839,65
5. (=) Resultado bruto	466.038,85	490.080,09	475.330,75	527.704,93	1.959.154,62
6. (-) Despesas Operacionais	156.241,45	159.357,38	165.102,10	168.558,15	649.259,08
(-) Despesa com salários	69.160,66	69.160,66	73.365,63	75.468,11	287.155,07
(-) Administrativas Gerais	86.227,66	89.343,58	90.883,35	92.236,92	358.691,51
(-/+) Financeiras					-
(-) Despesas Financeiras	853,13	853,13	853,12	853,12	3.412,50
(+) Receitas Financeiras					-
7. (=) Resultado antes IRPJ/CSLL	309.797,40	330.722,72	310.228,65	359.146,78	1.309.895,54
(-) Total IRPJ	17.572,94	18.766,37	18.001,33	20.436,78	74.777,42
(-) IRPJ 15%	14.143,77	14.859,82	14.400,80	15.862,07	59.266,45
(-) Adicional de IRPJ 10%	3.429,18	3.906,55	3.600,53	4.574,71	15.510,97
(-) CSLL	12.729,39	13.373,84	12.960,72	14.275,86	53.339,81
8. (=) Resultado Líquido	279.495,07	298.582,52	279.266,59	324.434,13	1.181.778,31

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Observa-se no Quadro 05 o resultado que a empresa obteve ao longo de 4 trimestres pelo regime de tributário lucro presumido. O total de receitas brutas do período foi de R\$ 4.938.871,17, sobre este valor é calculado o imposto de ICMS de 17%, chegando a um valor total de R\$ 839.608,10, sobre o PIS aplicou-se a alíquota de 0,65% resultando em R\$ 32.102,66, e COFINS com alíquota de 3% chegando a um valor de R\$ 148.166,14, resultando em um total de deduções de R\$ 1.019.876,90.

O custo do produto vendido projetado para o ano foi de R\$ 1.959.839,65 para o lucro presumido, as despesas operacionais do período correspondem a R\$ 287.155,07 com salários, R\$ 358.691,51 com despesas administrativas gerais e R\$ 3.412,50 com despesas financeiras correspondentes ao juro anual do empréstimo.

Para cálculo do regime tributário lucro presumido, é necessário verificar qual a atividade em que a empresa está enquadrada. A empresa GreNal Móveis enquadra-se nas atividades em geral, onde prevê que, sobre o valor do faturamento será aplicado a alíquota de 8% para IRPJ e 12% para CSLL definindo assim a base de cálculo das mesmas. Encontrada a base de cálculo, aplicam-se as alíquotas de 15% para o IRPJ e 9% para a CSLL, que resultaram em R\$ 59.266,45 e R\$ 53.339,81 respectivamente. Vale ressaltar que para o IRPJ, quando a base de cálculo ultrapassa o valor de R\$ 240.000,00 anual, sobre o valor residual deverá ser aplicado a alíquota de 10% denominada Adicional de IRPJ, que para este regime de tributação foi de R\$ 15.510,97, gerando um total de IRPJ a recolher de R\$ 74.777,42. A tributação dos impostos pelo regime tributário lucro presumido através da simulação gera um resultado líquido de R\$ 1.181.778,31.

O Quadro 06 apresenta as informações comparativas referente aos dois regimes de tributação previstos para a empresa GreNal Móveis.

Quadro 06 – Comparativo das demonstrações de resultado através do lucro presumido e lucro real

GreNal Móveis		
Demonstração de Resultado do Exercício		
01/01/2015 à 31/12/2015		
Descrição	Lucro Presumido Valores R\$	Lucro Real Valores R\$
1-Receita Operacional Bruta	4.938.871,17	4.938.871,17
2-(-) Deduções	1.019.876,90	1.296.453,68
(-) ICMS	839.608,10	839.608,10
(-) PIS	32.102,66	81.491,37
(-) COFINS	148.166,14	375.354,21
3-(=) Receita Operacional Líquida	3.918.994,27	3.642.417,49
4-(-) Custo dos Produtos Vendidos	1.959.839,65	1.741.423,78
5. (=) Resultado bruto	1.959.154,62	1.900.993,70
6. (-) Despesas Operacionais	649.259,08	649.259,08
(-) Despesa com salários	287.155,07	287.155,07
(-) Administrativas Gerais	358.691,51	358.691,51
(-/+) Financeiras		

(-) Despesas Financeiras	3.412,50	3.412,50
(+) Receitas Financeiras		
7. (=) Resultado antes IRPJ/CSLL	1.309.895,54	1.251.734,62
(-) Total IRPJ	74.777,42	288.933,65
(-) IRPJ 15%	59.266,45	187.760,19
(-) Adicional de IRPJ 10%	15.510,97	101.173,46
(-) CSLL	53.339,81	112.656,12
8. (=) Resultado Líquido	1.181.778,31	850.144,85

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Observa-se no Quadro 06 os totalizadores comparativos das demonstrações do resultado para os dois regimes tributários possíveis para a empresa GreNal Móveis. No resultado líquido apurado pelo Lucro Real, a margem de lucro líquido é de 17,21% sobre as vendas, já na apuração feita pelo lucro presumido a margem de lucro líquido é de 23,93%, resultando em uma diferença a maior de 39,05% para o lucro presumido.

O melhor resultado apresentado pelo regime tributário Lucro Presumido é devido as menores alíquotas de PIS e COFINS, a diferença do valor a recolher do somatório destes dois impostos é de R\$ 276.576,79, e, além disso, entre os dois regimes de tributação há diferença entre a base de cálculo para o recolhimento do IRPJ e CSLL, que gera uma diferença em valor sobre estes dois regimes de tributação de R\$ 273.472,54.

5.4.3 Apresentação do Balanço Patrimonial Final

O Quadro 07 apresenta o Balanço Patrimonial final da empresa GreNal Móveis em 31 de dezembro de 2015, o mesmo foi feito baseado no melhor regime de tributação verificado através da análise dos balanços lucro presumido.

Quadro 07 – Balanço Patrimonial Final

Empresa GreNal Moveis			
Balanço Patrimonial em 31/12/2015			
Ativo		Passivo	
		Em R\$	
Ativo Circulante	1.613.209,61	Passivo Circulante	129.187,90
Caixa	5.402,20	Financiamentos	17.500,00
Banco	1.336.776,10	Fornecedores	13.350,00
Estoque	18.185,74	Cofins a recolher	14.170,84
Clientes	252.845,57	Pis a recolher	3.070,34
Ativo Não Circulante	12.756,59	ICMS a recolher	46.384,08
Imobilizado	12.756,59	IRPJ a recolher	20.436,78
Movéis e Equip.	13817,50	CSLL a recolher	14.275,86
(-) Depreciação Acumulada	1.060,91	Passivo Não Circulante	17.500,00
		Financiamentos	17.500,00
		Patrimônio Líquido	1.479.278,31
		Capital social	297.500,00
		Lucro Acumulado	1.181.778,31
Total do Ativo	1.625.966,20	Total do Passivo+PL	1.625.966,20

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Observa-se no Quadro 07 que após um ano de atividades da empresa através do regime de tributação escolhido, lucro presumido, a empresa obteve o lucro líquido de R\$ 1.181.778,31 que representa um percentual de 23,93% sobre o faturamento total. Os lançamentos realizados no balanço final foram baseados através do Apêndice “M”, “O” e “P” que respectivamente correspondem aos diários inicial e final, razonetes e balancete de verificação.

O total do patrimônio em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 1.625.966,20, sendo que este valor está classificado entre, Ativo e Passivo e Patrimônio Líquido. A empresa possui em banco o valor de R\$ 1.336.776,10, o saldo em caixa corresponde a R\$ 5.402,20 e tem a receber da conta e clientes o valor de R\$ 252.845,57 e ficou em estoque o valor de R\$ 18.185,74.

Os impostos que a atividade da empresa gerou durante o ano-exercício foram pagos parcialmente de acordo com o regime de tributação, restando o pagamento mensal de PIS, COFINS e ICMS que somados representam o valor de R\$ 63.625,26. Para o regime de tributação adequado lucro presumido, o recolhimento dos impostos é feito de forma trimestral, portando os valores até o 3º trimestre foram pagos, restando a dívida de IRPJ R\$ 20.436,78 e CSLL R\$ 14.275,86, que devem ser pagos até dia 31 de janeiro de 2016.

5.5 ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Conforme análise das demonstrações contábeis observa-se que a empresa GreNal Móveis possui uma liquidez geral de 10,99, ou seja, para cada R\$ 1,00 devido a empresa possui R\$ 10,99 de ativos da mesma maturidade. Se analisarmos o percentual de recursos financiados por capital de terceiros em relação ao ativo total chegamos à conclusão que a empresa tem um índice de 0.09%, ou seja, para cada real de recurso investido R\$ 0,09 são financiados por capital de terceiros e o restante de capital próprio. Observa-se que no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 a empresa teve um retorno sobre o capital investido por seus acionistas de 0,8%. Com relação à lucratividade nas vendas observa-se que a empresa obteve uma margem líquida de 0,24% no período. Considerando os dados das demonstrações contábeis podemos afirmar que a empresa GreNal Móveis se encontra em situação estável com um índice de solvência de 48,75.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O principal objetivo deste trabalho foi verificar a importância do planejamento tributário para uma empresa do segmento do comércio de móveis em geral. Esta verificação foi feita através da análise detalhada das demonstrações contábeis observando as receitas e despesas da empresa.

Inicialmente, para a realização do trabalho foi necessário analisar o cenário atualizado do segmento moveleiro da região oeste do estado de Santa Catarina, e posteriormente definir sobre qual empresa iria ser realizado o estudo de caso, através desta análise individual, foi possível criar uma situação empresarial específica.

O planejamento tributário tem como principal finalidade gerenciar os tributos gerados pela empresa e definir qual a melhor forma de obter economia observando a legislação pertinente. Além disso, o planejamento tributário visa identificar os tributos e seus efeitos em relação às receitas obtidas pela empresa.

Analisadas as demonstrações contábeis da empresa fictícia GreNal Móveis, verificamos que o melhor regime de tributação é o lucro presumido. Neste regime a empresa obteve um lucro a maior de 39% em relação à tributação feita pelo regime Lucro Real.

O estudo acompanhou as atividades da empresa durante o período de 12 meses para no final do ano-exercício realizar a apuração dos impostos e encontrar o melhor regime de tributação. A opção pelo melhor regime de tributação foi feita após a simulação e comparação dos dois regimes, real e presumido, uma vez que, o simples nacional não foi abordado pelo fato da empresa ter atingido uma receita bruta anual superior a R\$ 3.600.000,00 estipulado pela lei complementar 139/2011.

Através deste estudo foi possível observar a importância de um planejamento tributário adequado. É através desta decisão que a empresa irá ou não obter mais lucros, o que impacta positivamente não apenas para os sócios, mas para todos os envolvidos na atividade da empresa, com a contratação de mais funcionários, com a melhora do ambiente físico, e investimentos em tecnologia.

REFERENCIAS

BARROS, Vaine de Magalhães; **O novo velho enfoque da informação contábil**. Rev. contab. finanç. vol.16 no.38 São Paulo maio/ago. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772005000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 de setembro de 2015.

BARROSO, Deise Vilela et al. **O setor de móveis na atualidade: uma análise preliminar**. BNDES. 2007. Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2469/1/BS%2025_O%20setor%20de%20m%C3%B3veis%20na%20atualidade_P.pdf>. Acesso em 20 de março de 2015.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Centro Gestor de Inovação Moveleiro. **Características Gerais do Setor Moveleiro**, 2000. Disponível em: <<http://www.cgimoveis.com.br/tecnologia/caracteristicas-gerais-do-setor-moveleiro>>. Acesso em 18 de março 2015.

CHAVES, Francisco Coutinho; **Planejamento Tributário na Prática**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos; **Teoria da Contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

FABRETTI, Lúdia Camargo; **Contabilidade Tributária**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006

FARACHE, Arthur; **Regime de tributação ideal para a empresa? Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido**, 2015. Disponível em <<https://intoo.com.br/blog/regime-de-tributacao-ideal-empresa/>>. Acesso em 22 de agosto de 2015.

FIGUEIREDO, Anelice M. Banhara et al. **Pesquisa Científica e Trabalhos Acadêmicos**. Chapecó: Arcus, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IDV. **O comercio brasileiro em números**, 2015. Disponível em <<http://www.idv.org.br/varejo-dados-index.aspx>>. Acesso em 13 de março de 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAIS, Rafael Casemiro de; OLIVEIRA, Wdson de; **A importância da gestão financeira nas empresas**, 2011. Disponível em: <http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol5_n1_2011/5_a_importancia_da_gestao.pdf>. Acesso em 18 de agosto de 2015.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio; **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Martins Luís de et al. **Manual da contabilidade tributária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto; **Princípios da Economia**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

Portal Moveleiro. **Merco móveis um Polo Moveleiro diversificado em vitrine para o mundo**, 2015. Disponível em: <<http://conteudo.portalmoveleiro.com.br/visualiza-noticia.php?cdNoticia=26388>>. Acesso em 24 de março de 2015.

Portal Tributário, 2015. Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/o-que-e-lucro-real.htm>>. Acesso em 22 de agosto de 2015.

RAUPP, Fabiano. Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável as Ciências Sociais. *In*: BEUREN, Ilse Maria. (org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**.3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Receita Federal do Brasil. **Lucro Presumido**, 2015. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucropresumido.htm>>. Acesso em 22 de agosto de 2015.

Receita Federal do Brasil. **Lucro Real**, 2015. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucroreal.htm>>. Acesso em 28 de agosto de 2015.

Receita Federal do Brasil. **Capítulo XIII - IRPJ - Lucro Presumido 2013**, 2012. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/perguntao/dipj2013/Capitulo_XIII_IRPJLucroPresumido_2013.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2015.

Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC N° 1.282 DE 28.05.2010. Disponível em <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/respcaocfc1282_2010.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

SNIF - **As florestas plantadas**, 2015. Disponível em <<http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/as-florestas-plantadas>>. Acesso em 03 de agosto de 2015.

SILVA, Mauro Aparecido da; CAMPOS, Jonas Comin de. **Teoria da Contabilidade**, 2015. Disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/inic/pdf/IC6-116.pdf>. Acesso em 04 de agosto de 2015.

SANTOS, Roberto, dos; **Controladoria Uma introdução do sistema de gestão economia Gecon**. São Paulo: Saraiva, 2005.

TROSTER, Roberto Luis; MACHÓN, Francisco; **Introdução a Economia**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antônio S.; GARCIA, Manuel Enriquez; **Fundamentos da economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.